

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com a técnica de registro de fatos contábeis, a natureza da conta determina o lado em que devem ser descritos, no balanço, os aumentos e as diminuições dos saldos de contas contábeis. A esse respeito, julgue os itens seguintes.

- 51** As contas referentes à receita, que corresponde à entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, em geral, à venda de mercadorias e produtos ou à prestação de serviços, compõem o balanço patrimonial, devendo figurar no mesmo lado em que se registram as contas de passivo.
- 52** Do lado esquerdo do balanço, registram-se as contas de natureza credora, que representam os bens e direitos.
- 53** As contas de passivo reduzem seus saldos quando se registra movimento a débito.
- 54** O patrimônio líquido tanto pode apresentar saldo credor quanto devedor.

Considere que o sistema contábil da empresa comercial Zeta S.A. tenha se extraviado logo no primeiro exercício de constituição da empresa, fundada em 1.º de março de x10, e que as seguintes informações tenham sido recuperadas para a reconstituição do balancete de verificação e elaboração das demonstrações contábeis a serem levantadas em 31/12/x10.

conta	saldo (em R\$)
caixa	15.000
estoques	40.000
capital social	50.000
veículos	?
títulos a pagar	9.000
depreciação acumulada – veículos	4.000
bancos conta movimento	9.000
clientes	8.000
fornecedores	14.000
receita de vendas	23.000
custo das vendas	13.000
despesas de vendas	1.000
lucros do exercício	4.700
despesas gerais	2.000
imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recolher	2.300

Sabendo que não foram consideradas possíveis participações ou destinações para o lucro, julgue os itens de **55** a **59** com base nas informações acima.

- 55** O resultado antes da dedução do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro é igual a R\$ 7.000.

- 56** O total do ativo é igual a R\$ 68.000.
- 57** A maior parte do capital total à disposição da empresa pertence a terceiros.
- 58** O exigível corresponde a R\$ 25.300.
- 59** A soma dos saldos das contas de resultado no início do exercício seguinte deverá ser de R\$ 4.700.

Com base em princípios e convenções contábeis e em normas para a avaliação de elementos patrimoniais, julgue os itens subsecutivos.

- 60** A contabilização da provisão para a redução do custo de aquisição de bem ao valor de mercado, tal como prevista na Lei n.º 6.404/1974, em situação de avaliação de investimentos, é um dos pressupostos do princípio da competência.
- 61** Apesar de sua relevância, o princípio da competência não prevalece sobre os demais princípios contábeis.
- 62** O grau de incerteza inerente à aplicação do princípio da prudência, por exemplo, na definição de provisão para devedores duvidosos, não deve conduzir a classificações subjetivas, embasadas em juízos de valor.
- 63** Considere a seguinte situação hipotética.
Com a intenção de vender um apartamento na orla da Ilha do Boi por 300 mil reais, uma imobiliária anunciou a venda do imóvel no jornal pelo valor de 310 mil reais. Uma empresa interessada em adquiri-lo, após contratar uma avaliadora que estimou o valor de mercado do apartamento em 280 mil reais, efetuou a compra por 285 mil reais à vista.
Nessa situação hipotética, tanto a imobiliária quanto a empresa compradora podem efetuar o registro do imóvel no valor de mercado ou no da transação.

RASCUNHO

Com relação a inventários e procedimentos de mensuração de estoques, julgue os próximos itens.

- 64 Considere a seguinte situação hipotética.
A empresa Comércio de Mesas Alfa S.A., que utiliza o inventário permanente para o controle de estoques, com base no método PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair), cujo estoque inicial era de 20 mesas, ao custo unitário de R\$ 10, efetuou as seguintes operações no exercício de x10.
compra de 5 unidades ao valor unitário R\$ 12
venda de 10 unidades ao valor unitário R\$ 15
venda de 12 unidades ao valor unitário de R\$ 16
Nessa situação hipotética, é correto afirmar que o estoque final de x10 está avaliado em R\$ 36.
- 65 Se uma empresa utilizar o método de controle de estoque UEPS (último a entrar, primeiro a sair), o valor unitário das unidades em estoque no início de um exercício equivalerá ao valor unitário das primeiras unidades adquiridas no exercício anterior.
- 66 O seguinte lançamento contábil deve ser empregado por empresa comercial no registro das aquisições de mercadorias a prazo, independentemente do tipo de inventário utilizado por essa empresa.
D – compras
C – fornecedores

Com base na Lei n.º 6.404/1976 e em alterações posteriores, julgue os itens subsequentes.

- 67 Os estoques de mercadorias fungíveis destinados à venda pela companhia são avaliados pelo custo de aquisição ou produção, bem como pelo valor de mercado, entretanto, se forem avaliados pelo custo, e este for superior ao valor de mercado dos bens, a diferença deverá ser constituída como provisão para que ocorra o ajuste ao valor de mercado.
- 68 A demonstração do resultado de exercício evidencia que, para a apuração do lucro bruto, deve-se fazer a subtração das despesas gerais e administrativas.
- 69 Na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, devem-se discriminar provisões, reversões de reservas, transferências para reservas, dividendos, parcela dos lucros incorporada ao capital e saldo ao término do período.
- 70 A parte do lucro que a sociedade anônima não destinar para as reservas de lucros deve ser destinada ao pagamento de dividendos.
- 71 O exercício social deve ter duração inferior a um ano somente no ano de constituição da empresa.

Com base na atual legislação societária, e considerando as técnicas e os princípios contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 72 A conta depreciação acumulada é patrimonial e redutora do ativo.
- 73 O ativo permanente divide-se em investimentos, imobilizado e diferido.
- 74 Divide-se o patrimônio líquido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- 75 Aplicação financeira com rendimentos prefixados efetuada em dezembro de x2, com vencimento em fevereiro de x3, deve proporcionar a apropriação da receita financeira para os dois exercícios.

No que concerne ao balanço orçamentário previsto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem.

- 76 O balanço orçamentário apresenta o resultado corrente e o resultado de capital, ocorrendo superávit do orçamento corrente quando a despesa corrente for superior à despesa de capital.
- 77 No balanço orçamentário, devem ser demonstradas as variações previstas, sejam elas ativas ou passivas, em comparação com as variações realizadas.
- 78 O excesso das receitas previstas em relação às receitas executadas é denominado déficit de arrecadação.
- 79 No quadro demonstrativo do balanço orçamentário, a seção relativa à despesa deve conter uma coluna para a demonstração da despesa prevista, uma relacionada à despesa executada e outra à diferença entre esses dois valores.
- 80 O fato de parte da despesa prevista no orçamento deixar de ser executada é indicativo de economia orçamentária.

Em relação ao balanço financeiro, conforme previsto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens seguintes.

- 81 A inscrição de despesas em restos a pagar provoca aumento do valor dos dispêndios (evidenciados na coluna das despesas), mas também aumenta o valor dos ingressos (evidenciados na coluna das receitas).
- 82 Os valores de cauções recebidas em garantia na assinatura de contratos com a administração pública representam ingressos orçamentários.
- 83 A despesa orçamentária que, inscrita em restos a pagar no exercício anterior, seja paga no exercício atual deve ser computada nos dispêndios orçamentários.
- 84 O ativo financeiro, parte importante do balanço financeiro, deve compreender os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- 85 Demonstra-se na coluna relativa à receita o saldo em espécie proveniente do exercício anterior e, na coluna referente à despesa, o valor das disponibilidades que são transferidas para o exercício seguinte.

RASCUNHO

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o balanço patrimonial demonstrará o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação. Acerca dessa demonstração, dos grupos de contas e dos itens que dela devem fazer parte, julgue os próximos itens.

- 86** Os estoques de material de consumo devem fazer parte do ativo permanente.
- 87** Todas as obrigações decorrentes de despesas empenhadas e não pagas dentro do exercício financeiro devem fazer parte do passivo financeiro.
- 88** A totalidade do ativo compensado será igual ao passivo compensado.
- 89** A dívida fundada deve ser incluída no passivo não financeiro, no momento de sua constituição.

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, a demonstração das variações patrimoniais (DVP) deve evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou não da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. No que se refere a essa demonstração, julgue os itens subsequentes.

- 90** A diferença entre a totalidade das variações ativas e passivas equivale ao resultado orçamentário do exercício.
- 91** Os acréscimos patrimoniais são variações ativas extraorçamentárias.
- 92** Independentemente de representar superávit ou déficit, o saldo patrimonial apurado na DVP afeta o item referente ao saldo patrimonial representado no balanço patrimonial.
- 93** A inscrição da dívida ativa constitui variação ativa resultante da execução orçamentária.
- 94** Algumas mutações patrimoniais resultantes da contabilização de receitas orçamentárias podem fazer parte do grupo denominado variações passivas independentes da execução orçamentária.

Com relação ao plano de contas único para os órgãos da administração direta, julgue os seguintes itens.

- 95** As contas de execução da despesa são de natureza devedora.
- 96** As contas patrimoniais e de resultado acumulam saldos de um exercício para o seguinte.
- 97** A evidenciação do patrimônio público e de suas variações, que proporciona o conhecimento adequado da situação econômica, patrimonial, orçamentária e financeira de todas as unidades, constitui objetivo da estruturação do plano de contas.
- 98** O plano de contas pode conter, no ativo circulante, as contas dos sistemas financeiro e patrimonial.
- 99** O grupo a que pertence o ativo permanente do balanço patrimonial pode conter contas discriminadas pertencentes ao ativo circulante do plano de contas.

Em relação aos registros contábeis de operações típicas em unidades orçamentárias ou administrativas da administração direta do setor público, julgue os itens subsecutivos.

- 100** Quando a execução orçamentária da receita envolver despesa de alienação de bens, deve haver, além do lançamento do valor da despesa no sistema financeiro, registro desse valor em conta do sistema patrimonial.
- 101** O registro contábil da liquidação da despesa afeta o saldo da conta de crédito empenhado a liquidar.
- 102** O pagamento da despesa afeta a situação líquida patrimonial.
- 103** O registro do recebimento da receita de dívida ativa representa um fato contábil modificativo-aumentativo, o que resulta em acréscimo na situação líquida patrimonial.
- 104** O registro da concessão de repasse e sub-repasse é efetuado em contas do sistema orçamentário e a descentralização de destaque e provisão, contabilizada no sistema financeiro.
- 105** O registro de uma doação recebida deve afetar conta do sistema patrimonial.
- 106** Os registros contábeis de previsão da receita e da fixação da despesa envolvem contas do sistema orçamentário.

Considerando as normas e procedimentos relativos ao inventário de material permanente e de consumo, julgue os itens que se seguem.

- 107** Devem ser organizados no órgão público da administração direta os registros contábeis analíticos de todos os bens de caráter permanente e de consumo, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda, uso e administração.
- 108** O inventário objetiva subsidiar o levantamento dos demonstrativos contábeis, principalmente do balanço patrimonial, ao final de cada exercício financeiro.
- 109** A contabilidade deve manter registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.
- 110** Pertencem ao inventário de material permanente os itens patrimoniais de durabilidade superior a um ano e(ou) os que não percam a sua identidade física.

Com base nas disposições constantes na Constituição do Estado do Espírito Santo com suas atualizações, julgue os itens a seguir.

- 111** Entre os órgãos do Poder Judiciário, inclui-se o Conselho de Justiça Militar.
- 112** Compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo processar e julgar, originariamente, o vice-governador do estado, pela prática de crime comum, ressalvada a competência específica da justiça eleitoral.
- 113** As informações relativas a gastos com publicidade dos órgãos públicos são de domínio interno e de caráter reservado.
- 114** Desde que haja compatibilidade de horários, é permitida ao servidor público estadual a acumulação remunerada de dois cargos públicos técnicos ou científicos.

Considerando a Lei Complementar Estadual n.º 234/2002, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, e suas alterações, julgue os itens subsequentes.

115 O juiz de paz deve ser escolhido entre os aprovados em concurso público para juiz substituto.

116 É de competência do Conselho Superior da Magistratura processar e julgar os conflitos de competência entre juízes de primeiro grau e autoridades administrativas.

117 No interesse da justiça e por determinação do Conselho Superior da Magistratura, o tribunal do júri poderá realizar reuniões extraordinárias em qualquer comarca.

Tendo a Lei Complementar Estadual n.º 46/1994 e suas alterações como referências, julgue os itens que se seguem.

118 Considere a seguinte situação hipotética.
O servidor público João, em detrimento da dignidade de sua função pública, permitiu que um terceiro se beneficiasse de informação obtida em razão de seu cargo, e, com isso, obteve, dolosamente, proveito pessoal.

Nessa situação hipotética, João cometeu transgressão passível de punição com a pena de demissão.

119 Regem-se pela referida lei os servidores públicos civis da administração direta e indireta do estado do Espírito Santo, de qualquer de seus poderes.

120 O servidor público estadual que praticar ato irregular poderá responder nas esferas civil, penal e administrativa, simultaneamente, uma vez que as instâncias são independentes entre si.